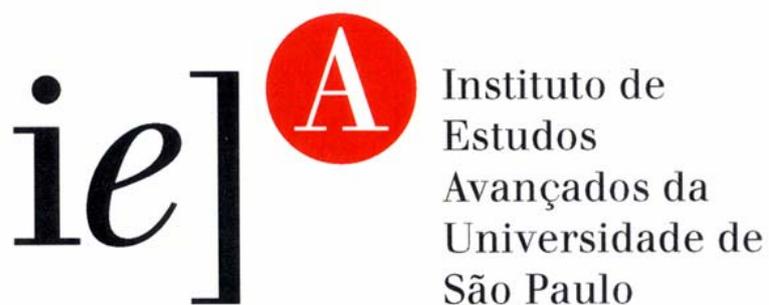


Sobre a Idéia de Tolerância

Nílson José Machado



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Sobre a Idéia de Tolerância

Nílson José Machado

*“Não faças ao outro aquilo que não gostarias
que fizessem a ti.” Confúcio.*

*“Não faças aos outros aquilo que gostarias
que fizessem a ti: eles podem não gostar.”
Bernard Shaw.*

*“Enseña el Cristo: a tu prójimo
amarás como a ti mismo
mas nunca olvides que es otro.”
Antonio Machado.*

INTRODUÇÃO: A VIRTUDE DA TOLERÂNCIA

Assim como a *república platônica* considerou a *justiça* a virtude fundamental, a *monarquia* entronizou a *lealdade* ao rei como a virtude máxima, a *burocracia* cultuou a *eficiência* como bem supremo, o *socialismo* e o *liberalismo* erigiram-se com base na exploração de uma idéia de *fraternidade* e de *liberdade*, respectivamente, as *democracias modernas* não se instituem sem o suporte e o esclarecimento da idéia de *tolerância*.

Trata-se, ao que tudo indica, de uma virtude suscetível de muitas incompreensões ou simplificações, desde a *boutade* do poeta francês Paul Claudel (1868-1955) - "*Tolerância? Existem casas para isso...*" - até sua identificação com a máxima variação permitida em relação a um padrão previamente fixado, como é comum no âmbito estrito das medições em sentido físico.

No que se segue, examinaremos a idéia de tolerância em sentido amplo, procurando sublinhar alguns de seus componentes fundamentais, responsáveis pela sua caracterização como uma virtude democrática que deve ser permanentemente cultivada, especialmente no espaço escolar. Iniciaremos pela expressão aparentemente menos controversa da idéia de tolerância: o reconhecimento do outro.

TOLERÂNCIA: EU E OS OUTROS

Sem dúvida, a tolerância se instaura a partir do reconhecimento da existência do outro, que além de ocupar um espaço, tem direitos e deveres, como eu, mas é essencialmente diferente de mim. Estas palavras de aparência simples revelam-se continuamente enganadoras, desde a compreensão do "outro", até o significado do "reconhecimento".

Em sua "Lei Fundamental da Razão Pura Prática", conhecida como "imperativo categórico", Kant estabeleceu: *"Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal"*. Tal princípio, consentâneo ao ensinamento cristão *"Ama ao próximo como a ti mesmo"*, ou, em sua forma negativa, ao aforismo confuciano em epígrafe, pode acolher igualmente a pressuposição de uma simetria na relação eu/tu que, em muitos casos, significa simplesmente uma limitação da tolerância, o desconhecimento do outro, ou mesmo, o germe da intolerância. As epígrafes com a aguda observação de Bernard Shaw e o poema/lembrete de Antonio Machado parecem suficientes para sublinhar a necessidade da assimetria na relação com o outro. O outro não sou eu, pode não gostar do mesmo que eu gosto; importa jamais esquecer isto.

De fato, não basta o conhecimento da existência do outro, que se realiza no âmbito da razão prática, mas onde eu sou o sujeito e o outro permanece como objeto. Os navegantes espanhóis tiveram conhecimento da existência dos "índios", ainda que sua atitude em relação aos mesmos tenha se aproximado minimamente da idéia de tolerância aqui analisada. Além do conhecimento, é necessário compreender o outro, o que exige a disponibilidade para colocar-se em seu lugar e enriquecer a perspectiva pessoal com a percepção das relações que se estabelecem do ponto de vista do outro. Tal atitude compreensiva, no entanto, ainda é insuficiente para a caracterização de uma atitude tolerante, em razão justamente da expectativa de simetria que freqüentemente subjaz. A compreensão do outro costuma ocorrer por meio da assimilação de suas características pelo referencial daquele que compreende, como se realizasse certa tradução de seus horizontes na linguagem compreensiva. A tolerância, no entanto, deve fundar-se em outra atitude, que pressupõe o respeito, o reconhecimento.

A *assimetria* é, portanto, um elemento imprescindível para o reconhecimento do outro, para o respeito a sua perspectiva, o que caracteriza efetivamente a idéia de tolerância. Não se trata de dissolver o outro em minhas análises, de situá-lo em meu cenário, de traduzi-lo em minha linguagem, de apreendê-lo em minhas categorias; trata-se

de respeitá-lo como outro, de reconhecer a legitimidade do cenário que vislumbra, diverso do meu, de colocar-me em disponibilidade para a comunicação com ele ainda que continuemos a falar línguas diferentes, ou a alimentar diferentes projetos.

O respeito pela diversidade de cenários ou projetos, tanto em termos individuais quanto no plano cultural ou coletivo não pode elidir, no entanto, algumas dificuldades teóricas bastante renitentes, diretamente relacionadas com tais questões. Elas incluem, por exemplo, certa identificação indevida entre as idéias de diferença e de desigualdade, o que conduz a inevitáveis paradoxos, ou ainda, a legitimação de um relativismo radical, no que se refere aos valores, o que fatalmente condena a idéia de tolerância a semear seu próprio fim: tolerar incondicionalmente os intolerantes significaria eventualmente permitir a destruição dos próprios tolerantes.

TOLERÂNCIA: DIFERENÇA E DESIGUALDADE

Não é uma tarefa simples, do ponto de vista teórico, a assimilação da perspectiva da radical diversidade humana, não apenas no terreno biológico, mas sobretudo em termos dos projetos pessoais de existência. Como registra Ortega Y Gasset, em sentido humano, "*Vivir es tener que ser unico*". Tal infinita diversidade, no entanto, não pressupõe uma necessária relação de ordem, ou uma hierarquia entre equivalências, como a muitos, muitas vezes, parece natural.

De fato, cada ser humano pode ser caracterizado por um amplo espectro de habilidades, de interesses, de competências, freqüentemente associados à idéia de uma inteligência individual, diretamente associada à capacidade de ter vontades, de estabelecer metas, de criar, de sonhar, de ter projetos. Distintos indivíduos constituem-se como diferentes espectros, a serviço de diferentes projetos de vida, e em múltiplos sentidos tais espectros são incomparáveis: é impossível estruturá-los em uma relação de ordem, distinguindo o melhor, o pior, ou estabelecendo uma hierarquia de valores.

Em termos coletivos, portanto, a diversidade é a regra, e a norma é saber-se lidar com as diferenças, tanto individuais quanto entre grupos. Toda hierarquização resulta de uma redução no espectro de valores, de uma simplificação que deve ser interpretada dentro de seus limites instituintes. É possível classificar e ordenar diferentes indivíduos quanto à altura, o peso, o pendor ou o interesse por disciplinas específicas, mas nunca globalmente, enquanto seres humanos, enquanto pessoas dotadas de vontades, de projetos. Toda classificação ou ordenação serve apenas a finalidades muito específicas, não podendo

extrapolar os limites dos objetivos tópicos que a determinaram, nunca devendo servir para legitimar o tratamento dos próprios indivíduos como objetos, ou para determinar a natureza ou a amplitude de seus projetos.

O reconhecimento do outro, ou o reconhecer-me diferente do outro, não me condiciona, portanto, em qualquer sentido, a uma comparação entre mim e ele, da qual resultaria uma desigualdade, um "maior" e um "menor". Tal fato, muitas vezes, não parece ser levado suficientemente em consideração em situações onde a convivência de diferentes perspectivas é vital para a construção da autonomia, como é o caso dos processos escolares de avaliação.

A redução das diferenças individuais a indicadores numéricos, quase sempre eivados de intenções de medida, ou a conceitos classificadores, que não reconhecem a diversidade dos projetos pessoais, é responsável, quase sempre, pelos diagnósticos catastróficos, do tipo "*os alunos estão cada vez piores*", ou "*os professores carecem de uma boa formação*", que invariavelmente expressam meias-verdades, e em decorrência, meias-mentiras.

Na escola básica, onde a construção da cidadania é a meta precípua, as disciplinas devem estar, permanentemente, a serviço dos projetos pessoais dos alunos. Não parece legítimo, salvo no caso da formação de especialistas, argumentar-se sobre a relevância de se estudar matemática, por exemplo, em razão de sua beleza intrínseca, ou de sua importância na composição do cenário científico: ela é relevante para a realização dos projetos de vida, que se relacionam com as expectativas vocacionais, estejam elas voltadas para a área de engenharia, de jornalismo, arte, línguas ou história.

Em qualquer caso, no entanto, o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas é o que verdadeiramente importa. Podemos explicitar, talvez, quanto de matemática, de geografia ou de história um indivíduo deveria conhecer para tornar-se um profissional competente, mas nenhuma quantidade, ainda que exagerada, dessas ou de outras disciplinas, pode ser garantia da formação de um ser humano mais valioso, em qualquer sentido, ou mais feliz.

Posso ter maior renda, mais anos de escolarização formal, melhores notas, mais isto ou menos aquilo, mas não valho mais em razão disso, como ser humano; não posso ter projetos pelos outros, nem mesmo pelo meu filho, não posso sobrepor meus desejos ou projetos aos de quem quer que seja, sou igual a todos no que tange a minha dignidade como pessoa.

O próprio Kant afirma, em "*Crítica da Faculdade do Juízo*", que tudo o que pode ser comparado, pode ser reduzido a equivalências e pode ser vendido ou trocado, mas existem

coisas que não podem ser comparadas, nem vendidas, nem trocadas, e essas coisas não teriam valor, mas sim, dignidade. A sabedoria popular registra tal distinção em um profundo ditado - "*Tudo o que tem preço é barato*" -; a mesma idéia encontra-se presente ainda em um singelo poema de Antonio Machado - "*Todo necio/Confunde valor y precio*". Tais ocorrências podem servir de indicadores eloqüentes da oportunidade da distinção intentada por Kant.

TOLERÂNCIA: RELATIVISMO E DIREITOS HUMANOS

O significado da tolerância inicia-se, pois, com o elogio da diversidade, o respeito pelas diferenças, a incomensurabilidade dos espectros de habilidades e interesses, dos projetos individuais ou de grupos, o reconhecimento da existência de elementos ou dimensões da existência humana que não são passíveis de comparações ou equivalências, que não podem ser reduzidos a meras mercadorias. Alguns problemas, no entanto, clamam por um equacionamento, sem o que as ações efetivas realizam-se em terreno minado de incompreensões. O relativismo radical parece ser um deles.

De fato, a incomensurabilidade das perspectivas, em termos culturais, por exemplo, pode sugerir a alguns que todas teriam igual valor, que nada seria legitimamente intolerável, o que não parece aceitável. Apesar da infinita diversidade, os seres humanos apresentam um feixe de características comuns, universalmente encontráveis, um espectro de valores a serem permanentemente cultivados, de direitos a serem universalmente preservados. Claramente, o discernimento de tais características, valores e direitos não constitui uma matéria sobre a qual um acordo parece fácil.

Diversos documentos, em variadas circunstâncias históricas, pretenderam delinear respostas a tais questões. Dos textos religiosos, em diferentes culturas, a algumas das Encíclicas da Igreja Católica, sobretudo após a *Rerum Novarum* (*Populorum Progressio*, *Gaudium et Spes*, *Laborens Exercens*, entre outras), o alvo tem sido justamente a caracterização de tal núcleo mínimo, sem o qual não se poderia falar em vida em sentido humano.

No terreno político, documentos fundamentais como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, publicada pela Organização das Nações Unidas em 1948, representam um monumental esforço coletivo de um grande número de nações, no sentido de estabelecer, em seus cerca de trinta artigos, uma configuração de tais características humanas, que deveriam ser preservadas em todas as épocas e culturas. É importante que se

insista em que não se trata de uma tarefa simples e os desvios de interpretação parecem inevitáveis.

A tentação mais freqüente talvez seja a de se imaginar que um elenco de valores, direitos e deveres, com o caráter nucleador, minimalista, como deve ser o de um documento dessa estirpe, deva configurar uma uniformidade de comportamentos ou de projetos, ou um padrão único, hegemônico, em relação ao qual seriam toleradas apenas as inevitáveis oscilações decorrentes, sobretudo, da falibilidade humana. Trata-se, sem dúvida, de um grave desvio de interpretação, comparável, talvez, ao de um malsinado químico que ignora a infinita diversidade de substâncias compostas pelos mesmos elementos, ou pelo escritor que julga estarem todos os livros condenados à uniformidade, em decorrência do fato de todos eles não constituírem mais do que combinações caprichosas das letras do alfabeto.

Outra tentação simplificadora é a de considerar-se que uma palavra ou mesmo um *slogan* podem garantir um acordo no que tange à compatibilização de projetos ou de ações. A tríade de valores característicos do quadro de idéias emergentes na Revolução Francesa pode constituir um exemplo expressivo de tal simplificação. Os significados de palavras como *Liberdade*, *Igualdade*, *Fraternidade* transitam, freqüentemente, por terrenos pantanosos, havendo, por exemplo, quem tenha recorrido à Justiça contra a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança, alegando que o mesmo tolhia sua liberdade, seu direito de ir e vir.

Naturalmente, existem âmbitos em que a vigência de valores como a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade parece indiscutivelmente universal, não comportando qualquer discordância ou discussão. "*Todos são iguais perante a lei*" é um *slogan* amplamente aceito e repetido; similarmente, sobre a liberdade de expressão, no plano das idéias, ou a necessidade da fraternidade, no terreno econômico, existem poucas dissonâncias, ainda que as conseqüências de tal consenso não sejam tão visíveis no âmbito das ações práticas. Entretanto, a extensão indiscriminada ou acrítica de tais noções a outros planos, como a fraternidade às relações jurídicas, ou a igualdade às relações culturais, onde o reconhecimento da diferença é o que importa, não pode produzir mais do que desagradáveis mal-entendidos.

Certamente existem idéias como o direito à vida, a liberdade no plano cultural, a igualdade perante a lei, que não são passíveis de delimitações ou restrições de qualquer espécie; outras, no entanto, necessitam de limites, como a liberdade no terreno econômico, ou a tolerância em relação à violência, ou à incitação a ações que visem ao cerceamento

das manifestações mais legítimas da humanidade do homem, acordadas em documentos internacionalmente negociados. A fronteira entre o tolerável e o intolerável pode, às vezes, constituir-se em um fio de navalha, mas seu estabelecimento é um risco que, conscientemente, é necessário correr.

TOLERÂNCIA: AUTORIDADE E ARROGÂNCIA

É muito fácil ser tolerante com o que não me diz respeito, com aquilo por que não me interessa, ou em relação a que não me sinto minimamente responsável. Basta fechar os olhos, ou tapar o nariz, e seguir em frente. Outra situação é a tolerância do indivíduo que, transcendendo os limites weberianos da ética da convicção, assume responsabilidades, tanto em nível pessoal, quanto em razão do exercício de algum tipo de autoridade, como é o caso, por exemplo, do professor. Examinemos com mais vagar as relações que se estabelecem entre as duas idéias em tela.

Sem dúvida, autoridade e tolerância são idéias diretamente associadas, exercendo-se ou referindo-se a valores acordados ou a significações socialmente construídas, e mantendo uma relação de proximidade bastante fecunda. Ambas são exercidas no âmbito de significações.

O universo das significações é constituído por entidades e relações entre elas. As entidades (significações) caracterizam-se como feixes de relações; de modo dual, as relações são sempre relações entre entidades. As relações são proposições que podem referir-se apenas a uma entidade ou a uma classe de entidades equivalentes em algum sentido - são as propriedades -, ou podem estabelecer ligações entre duas ou mais entidades distintas, denominando-se relações binárias, ternárias etc.

Uma entidade pode ser um indivíduo (uma pessoa), uma idéia, um objeto de qualquer natureza. Existem diferenças fundamentais entre pessoas e objetos, não no que se refere ao fato de constituírem feixes de relações, mas em outros aspectos que poderão ser aqui examinados.

A idéia de autoridade refere-se a uma relação entre pessoas em determinado âmbito. Um âmbito é determinado por uma coleção de sentenças - proposições ou ordens. Uma proposição é uma sentença declarativa que pode ser classificada de verdadeira ou de falsa. Uma ordem é uma sentença que deve conduzir a uma ação ou à suspensão da mesma, não fazendo sentido dizer-se dela que "é verdadeira" ou "é falsa".

A autoridade é uma relação ternária entre um portador P, um sujeito S e um âmbito A. Dizer-se que P é uma autoridade para S no âmbito A significa que S aceita os enunciados que P lhe comunica e que pertencem ao âmbito A. A aceitação por parte de S é sempre fundada em negociações de diferentes naturezas, em consonância com os diversos tipos de autoridade.

Existe um âmbito no qual qualquer indivíduo é uma autoridade para todas as outras pessoas; tal âmbito é o que caracteriza a personalidade de um ser humano, que o constitui como pessoa. Nenhum homem é uma autoridade para todos os outros em todos os âmbitos. O portador de uma autoridade abusa da mesma quando pretende exercê-la sobre um sujeito em um âmbito mais amplo do que o considerado aceitável pelo sujeito, na negociação fundadora.

Uma autoridade pode ser de dois tipos: epistemológica ou deontológica. Isto significa que toda autoridade decorre do saber ou do dever, ou, em outras palavras, do conhecimento de quem sabe ou do reconhecimento da legitimidade de quem manda. A autoridade epistemológica é exercida, em determinado âmbito, pelo indivíduo que sabe mais sobre o sujeito que sabe menos. A autoridade deontológica é exercida por um indivíduo sobre um sujeito no âmbito de situações de liderança, chefia ou comando. A mesma pessoa pode exercer autoridade epistemológica e deontológica em relação ao mesmo sujeito, mas a independência das duas dimensões faz com que isto nem sempre ocorra.

A autoridade deontológica pode ser delegada pelo indivíduo P ao indivíduo Q, com referência ao sujeito S, em um âmbito mais restrito que o inicial; a autoridade epistemológica nunca pode ser delegada. A autoridade epistemológica é fundada, na maior parte das vezes, na argumentação racional ou na pressuposição de sua possibilidade. Algumas vezes, a aceitação das enunciações do portador por parte do sujeito estabelece-se com base na confiança induzida pelo respectivo âmbito. Já a autoridade deontológica, sempre resulta de um acordo prévio relativo às finalidades da ação a ser empreendida. A aceitação, neste caso, decorre de uma adesão a um projeto mais amplo, que envolve uma arquitetura de valores acordados e apresenta um agudo sentido político.

A vida política institui-se sempre a partir de uma negociação no que se refere à arquitetura de valores e de uma permanente busca de articulação entre projetos individuais e projetos coletivos. A construção da cidadania consiste precisamente no desenvolvimento de instrumentos para tal articulação, como é o caso, por exemplo, da possibilidade de votar e ser votado, da alfabetização, ou das demais tarefas e dimensões da educação em sentido

amplo. Em todos os casos, a negociação de um sistema de valores é condição *sine qua non* para a articulação dos diferentes níveis de projetos.

Em termos políticos, a anarquia significa a negação da existência de qualquer autoridade deontológica, em qualquer âmbito; o totalitarismo significa a pressuposição da existência de uma autoridade deontológica que poderia ser exercida em todos os âmbitos. É no espaço entre a anarquia e o totalitarismo que pode ser compreendida a idéia de tolerância.

É muito fácil pretender-se ser tolerante em relação ao que não nos afeta, ou não nos diz respeito. A dimensão verdadeiramente relevante da tolerância, no entanto, refere-se sempre ao exercício de uma autoridade. A atitude tolerante pressupõe sempre certo nível de envolvimento, de responsabilidade. Além disso, a tolerância não tem a ver com o conhecimento teórico, racionalmente estabelecido, mas sim com os valores envolvidos; nunca diz respeito, portanto, a uma autoridade epistemológica, referindo-se sempre a uma autoridade deontológica.

De fato, a intolerância na Ciência é claro indício de ignorância da natureza das proposições científicas. A Ciência necessita de humildade para corrigir erros e persistir na busca de resultados, absolutamente confiáveis em âmbitos específicos, mas sempre incertos, vagos ou provisórios em âmbitos mais amplos. Somente em sentido muito fraco, pode-se falar em tolerância com referência a teorias científicas ou a teoremas matemáticos.

De maneira própria, portanto, a tolerância refere-se apenas ao exercício da autoridade deontológica. Dizer-se que P é tolerante com S a respeito de certas ordens ou proposições significa, primeiramente, P é uma autoridade para S em algum âmbito, que tais ordens ou proposições pertencem ao referido âmbito da autoridade de P em relação a S, e que P abdica de exercer sua autoridade, ainda que considere, em sua perspectiva, a ordem ou a proposição plenamente adequada para S.

Pode-se depreender, portanto, que assim como não existe, senão no totalitarismo, uma autoridade absoluta, que pode ser exercida por um portador em todos os âmbitos e para todos os sujeitos, também não pode existir uma tolerância absoluta, devendo toda tolerância referir-se a uma autoridade deontológica, e portanto, a um determinado âmbito. Mesmo na anarquia, não se pode falar propriamente em tolerância, mas sim em ausência de qualquer autoridade deontológica, em todos os âmbitos.

Em conseqüência, diferentemente de outras idéias, como o amor ou a justiça, e em sentido suficientemente preciso, a tolerância tem limites; não faz sentido, senão em um exercício de retórica, pretender-se estendê-la indefinidamente, a todos os âmbitos.

Ainda em sentido preciso, a associação entre as idéias de tolerância e de autoridade afasta decisivamente a passividade da noção de tolerância: referida a indivíduos sobre os quais não se exerce qualquer autoridade, não se tem qualquer responsabilidade, em nenhum âmbito, a tolerância não passa de uma flagrante impertinência, ou de uma manifestação explícita de arrogância.

TOLERÂNCIA NA ESCOLA: A BICICLETA E A INTEGRIDADE

O ambiente escolar pode constituir-se em um espaço especialmente propício ao cultivo da tolerância, compreendida do modo como até aqui se procurou delinear. Algumas razões para tal afirmação serão alinhavadas a seguir.

Em primeiro lugar, há o fato de que Educar para a Cidadania tornou-se um lema amplamente difundido e aceito. Em seu repertório de significações, tal pressuposição inclui metas como o cultivo de valores socialmente acordados, bem como a construção de instrumentos de articulação entre a diversidade dos projetos individuais e os apelos dos projetos coletivos.

Naturalmente, numa sociedade onde o conhecimento transformou-se no principal fator de produção, muitos outros espaços servem de suporte para o exercício de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, de um progressivo conhecimento sobre o conhecimento. A escola, no entanto, segue sendo um espaço privilegiado, juntamente com o ambiente familiar, para o cultivo de um amplo espectro de valores, incluindo-se aí aquele núcleo mínimo, sem o qual não se poderia falar em vida em sentido humano. E entre estes, encontra-se, sem dúvida, a tolerância, um valor fundamental numa democracia participativa, que não se resigna com a exclusão de quaisquer de seus segmentos.

De fato, em razão da natureza das tarefas a desempenhar, a escola deveria organizar-se de modo a favorecer, cada vez mais, a construção e o desenvolvimento das personalidades individuais, a descoberta, o respeito e o reconhecimento do outro, a aceitação da diversidade de perspectivas e projetos, individuais ou de grupos, a convivência frutífera com as diferenças, as contrariedades, as complementaridades.

Deveria procurar, permanentemente, dar ciência às novas gerações dos direitos inalienáveis do ser humano, disseminando a conscientização sobre a necessidade de defendê-los contra práticas abusivas, na mesma medida em que buscaria, concomitantemente, oferecer a contrapartida básica, que é o cultivo dos valores humanos

fundamentais. O desfrute dos direitos e o dever de cultivar os valores sempre deveriam estar associados, entrelaçando-se continuamente, como ocorre com o exercício de poderes e a assunção de responsabilidades.

Além disso, ressaltando-se o ambiente familiar, em nenhum outro espaço do conhecimento abrem-se, como na escola, mais perspectivas para minar-se a arrogância, sobretudo a intelectual, com o recurso permanente à humildade de quem sabe o quanto não sabe, com a doçura de quem sempre se põe em disponibilidade para fomentar projetos pessoais, alimentá-los e alimentar-se deles.

É ainda a escola um espaço apropriado para o exercício da autoridade sem a perda da ternura, para a vivência da fraternidade entre personalidades diversas, em interesses, em saberes, em poderes, como é o caso da relação, sempre assimétrica, entre os alunos e o professor. *Sem essa vivência e esse exercício cotidiano, no entanto, o ambiente escolar pode ser tão propício ao cultivo da tolerância quanto o é a realização de uma conferência, ou mesmo um seminário, para ensinar-se a platéia a andar de bicicleta.*

Discursos eloqüentes sobre valores, desvinculados de uma prática consentânea conduzem irremediavelmente ao descrédito, à sensação de desamparo, ou ao florescimento de atitudes cínicas que minam perigosamente o terreno educacional.

Nas práticas escolares cotidianas, das mais singelas aos rituais mais expressivos, é fundamental a vivência dos valores característicos da humanidade do homem: essa vivência é o argumento maior para a sustentação dos discursos mais entusiasmados. E se os discursos sobre os valores não podem, jamais, dispensar uma vivência efetiva dos mesmos, no âmbito de uma prática sincera, é bastante plausível que uma tal prática possa, inclusive, dispensar grande parte de tais discursos.

Uma integração entre o discurso e a ação como a supra-referida constitui um ingrediente fundamental, condição *sine qua non* da idéia de *integridade*. A integridade pessoal é um valor decisivo, sem o qual a expectativa de autonomia da moral kantiana esvai-se completamente nas ações da vida prática. É uma meta a ser perseguida, um cristal bruto a ser lapidado em cada um de nós, muitas vezes por meio de "instrumentos morais" claramente heterônomos, como o é o efeito de uma autoridade externa.

Do modo como aqui é entendida, a integridade exige três níveis de predicados. Em primeiro lugar, é necessário dispor-se de uma arquitetura de valores para instrumentar as ações, permitindo um discernimento autônomo do que se considera certo e do que se julga errado. Em segundo lugar, é preciso que as ações do indivíduo íntegro situem-se em consonância com o seu discernimento, mesmo quando tal coerência possa produzir efeitos

desagradáveis ou indesejáveis para o mesmo. Em terceiro lugar, a integridade exige que o ator coloque-se em permanente disponibilidade para defender a razoabilidade de suas ações, argumentando de maneira lógica, e assumindo as responsabilidades inerentes a todo aquele que transpõe os acolhedores umbrais de uma ética que se sustenta apenas na convicção pessoal da legitimidade da ação empreendida.

Em razão do que acima se afirmou, ainda que a integridade constitua uma característica desejável a todos os seres humanos, de nenhum profissional se pode afirmar com tanta propriedade o caráter essencial da *integridade pessoal* quanto do professor.

No ambiente escolar, o cultivo da tolerância desenvolve-se por meio do crescimento individual, do respeito pelo outro, do reconhecimento da diversidade humana como uma grande riqueza, um imenso repertório de projetos e perspectivas. Nenhuma dessas características floresce sem uma vivência efetiva de tais valores, no seio de um discurso que continuamente alimenta e qualifica a ação, alimentando-se dela, simbioticamente. A condição de possibilidade de uma tal simbiose é, com todas as letras, a integridade do professor.